



visteonprev.participante.com.br

RELATÓRIO ANUAL

2021

Introdução

O relatório anual é um documento muito importante que a VBPP prepara anualmente para que você possa acompanhar a situação do seu plano de aposentadoria e da Entidade. Assim, você se mantém bem informado sobre este valioso investimento que está fazendo para o seu futuro!

Nas próximas páginas, você verá, de forma detalhada, informações sobre a evolução do patrimônio e do número de participantes da VBPP, os resultados dos investimentos e como eles foram realizados, quais foram os gastos com a administração e também um parecer de profissionais especializados sobre a situação financeira do plano no fechamento de 2021.

Também foi elaborada uma versão resumida do relatório anual, com as principais informações do relatório completo, para uma leitura rápida e dinâmica.. Leia o relatório resumido no site da VBPP. (viteonprev.participante.com.br).

Aproveite a leitura!

Sumário

MENSAGEM DA DIRETORIA

PERFIL DA VBPP

Participantes

Evolução Mensal do Patrimônio

Benefícios Pagos e Contribuições Recebidas

Despesas com a administração da Entidade e com a gestão dos investimentos

INFORMAÇÕES SOBRE INVESTIMENTOS

Resultados dos Investimentos

Resumo da Política de Investimentos

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Relatório dos auditorios independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Parecer do Conselho Fiscal

Ata de Reunião do Conselho Deliberativo

PARECER DA AVALIAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE APOSENTADORIA VISTEONPREV

Mensagem da Diretoria

A VIDA SEGUE SEU RUMO, MAS SEMPRE COM CAUTELA

Depois de mais de 2 longos anos de pandemia, que trouxe efeitos devastadores por todo o mundo, finalmente, é possível ver a luz no fim do túnel. A vacinação no Brasil está bastante avançada, com grande parte da população com o ciclo vacinal completo, e o número de novos casos de infectados e mortos pela Covid-19 segue em queda há meses. Aos poucos, parece que a vida vai retomando seu curso.

Há quem diga que é possível resumir 2021 em uma palavra: volatilidade. O ano foi marcado por alguns altos e muitos baixos. No período, a maior parte dos investimentos rendeu menos que a inflação, tanto medida pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) quanto pelo IGP-M (Índice Geral de Preços – Mercado). As exceções foram o Bitcoin e os BDRs (Brazilian Depositary Receipts), recibos de ações de empresas estrangeiras listados na B3.

Na Bolsa, o Ibovespa, principal índice de ações brasileiras, amargou uma queda de quase 12% no ano, marcado pela forte turbulência em meio à percepção de maiores riscos fiscais. A última vez que a bolsa fechou um ano no vermelho foi na recessão de 2015, quando o Ibovespa acumulou perda de 13,3%.

A inflação pegou todos de surpresa e escalou ao longo do segundo semestre, exigindo, por consequência, uma postura mais firme do Banco Central em relação à taxa básica de juros da economia, a Selic. Com eleições presidenciais à frente, além do noticiário sobre a pandemia e a pressão inflacionária aqui e no mundo, a expectativa é de mais volatilidade em 2022. Com a subida frequente da taxa de juros básica da economia, estaremos atentos também aos movimentos na renda fixa, que podem gerar oportunidades de ganhos maiores.



No Brasil, problemas domésticos como a altíssima dívida pública, queda da renda do trabalhador, perda de dinamismo da economia e a disputa eleitoral tendem a pautar o humor dos mercados. No início do ano, os economistas previam um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do país de 2,5% para 2022, mas, agora, espera-se um crescimento de menos de 0,5%, com diversos analistas prevendo até mesmo estagnação ou recessão da economia.

Não é surpresa para ninguém que esperamos um ambiente macroeconômico mais desafiador para o Brasil em 2022. Com a diminuição das restrições impostas pela pandemia, a economia voltou a se aquecer, mas ano eleitoral, particularmente num cenário tão polarizado como no Brasil, traz muitas instabilidades e incertezas para o futuro da economia.

Em mais um ano difícil, com a economia aos solavancos, trabalhamos com diligência e conseguimos obter uma rentabilidade positiva nos investimentos, mantendo a saúde financeira do seu plano, que permanece superavitário.

É importante ressaltar que este cenário tão adverso nos investimentos não foi uma particularidade da VBPP, mas, sim, algo muito maior, que afetou e segue afetando todo o mercado financeiro no país. Por conta disso, será necessária uma diligência ainda maior na administração dos nossos investimentos, para nos adequarmos às mudanças que poderão ser necessárias ao longo do caminho.

Seguiremos trabalhando incansavelmente para alcançar os melhores resultados, garantindo um futuro confortável para os nossos participantes.

Acompanhe, nas próximas páginas deste relatório anual, mais detalhes do nosso ano de 2021.

Boa leitura!



Perfil da
VBPP



Participantes

A VBPP é a Entidade de previdência que administra o Plano de Aposentadoria Visteonprev. Veja nossos números em 31/12/2021:

TOTAL
2.724

731
Ativos

Atuais funcionários das Patrocinadoras que aderiram ao plano

44
Autopatrocinados

Ex-funcionários das Patrocinadoras que decidiram continuar contribuindo para o plano

1.814
BPDs
(optantes/presumidos)

Ex-funcionários das Patrocinadoras que continuam no plano, sem contribuir, aguardando o benefício

135
Assistidos

Ex-funcionários das Patrocinadoras, ou seus pensionistas, que recebem o benefício de aposentadoria pelo plano

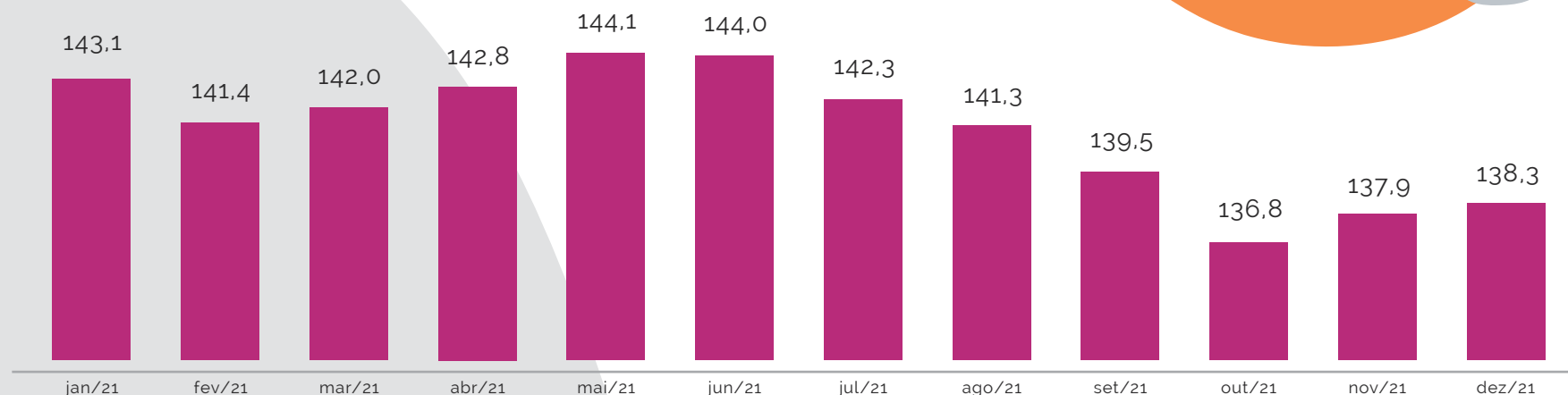
Evolução Mensal do Patrimônio

(em milhões de reais)

TOTAL

(dez/2021)

R\$ 138,3
milhões



BENEFÍCIOS PAGOS

R\$ 9,3 milhões

CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS

PATROCINADORAS

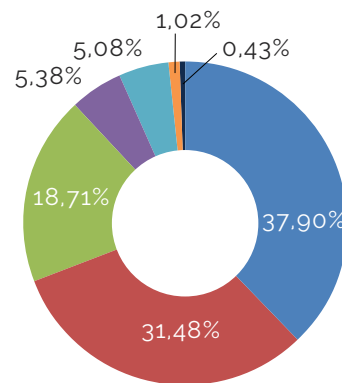
R\$ 2,5 milhões

PARTICIPANTES

R\$ 2,1 milhões

Despesas

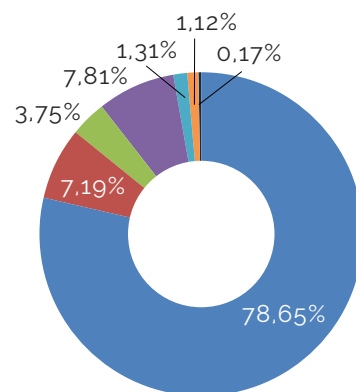
com a administração
da Entidade e com
a gestão dos
investimentos



Despesas Administrativas	R\$	%
Gestão/Planejamento Estratégico	391.439,36	37,90%
Pessoal e Encargos	325.179,21	31,48%
Consultorias (Atuarial/Jurídica/Investimentos)	193.273,53	18,71%
PIS/COFINS	55.498,88	5,38%
Auditoria Externa	52.500,00	5,08%
TAFIC	10.500,00	1,02%
Outras Despesas*	4.461,33	0,43%
Total	1.032.852,31	100,00%

* Tarifas bancárias, tributos Prefeitura Guarulhos

** Cartório, Gráfica, Correios e Notas de Débitos



Despesas com Investimentos	R\$	%
Taxa de Administração	246.789,14	78,65%
Despesas CVM	22.555,38	7,19%
Taxa de Auditoria	11.751,22	3,75%
Taxa Cetip	24.520,40	7,81%
Taxa Selic	4.094,86	1,31%
Taxa Anbima	3.519,52	1,12%
Despesas com documentos**	534,66	0,17%
Taxa Gestão*	-	0,00%
Taxa de Performance	-	0,00%
Total	313.765,18	100,00%

* sem taxa adm. bruta

** impressos/extratos/correspondências/cartório/CBLC



Informações sobre **Investimentos**

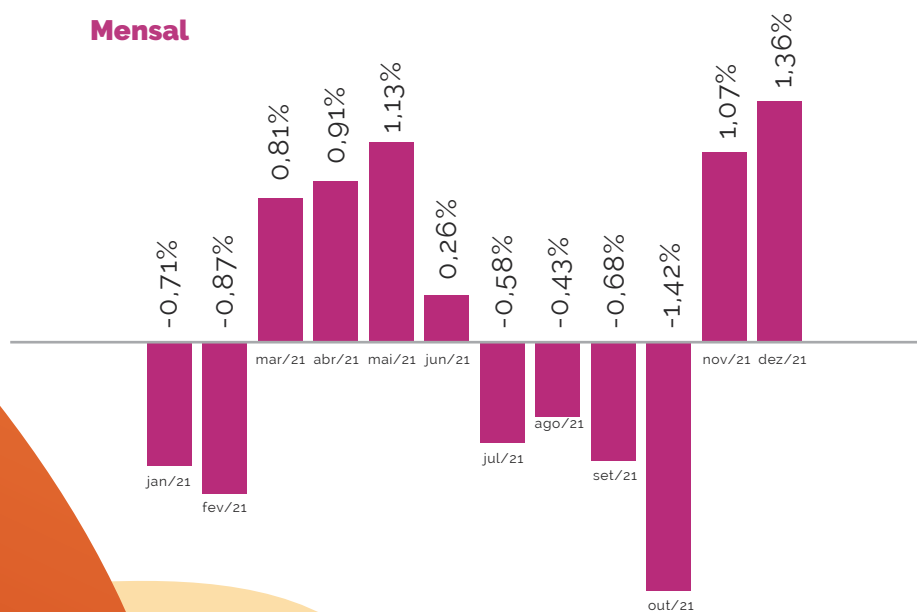
Resultados dos Investimentos

RENTABILIDADE LÍQUIDA

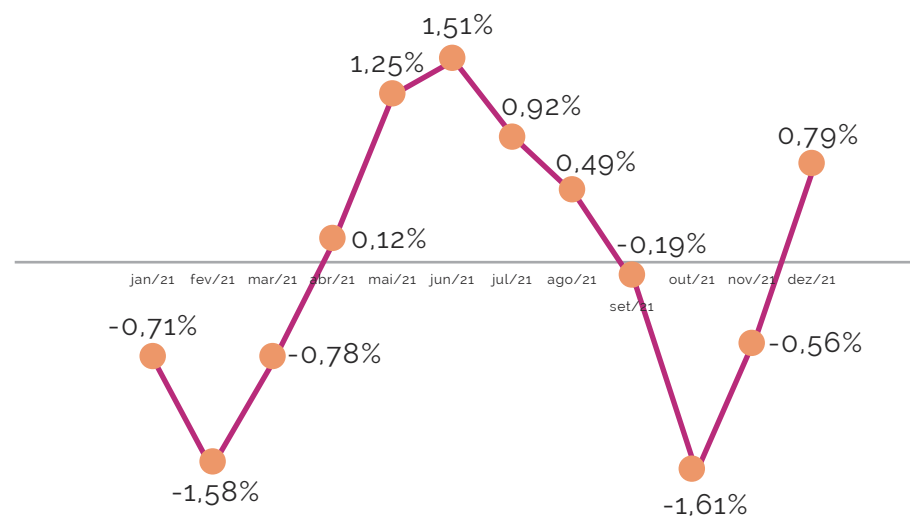
ACUMULADO 2021

0,79%

Mensal



Acumulado Mês a Mês



Resumo da Política de Investimentos

A seguir, apresentamos as informações sobre as Políticas de Investimentos aprovadas para o PGA (Plano de Gestão Administrativa) e para o Plano de Aposentadoria administrados pelo VisteonPrev, para o ano de 2022.

Período de Referência:
01/2022 a 12/2022

TAXA MÍNIMA ATUARIAL / ÍNDICE DE REFERÊNCIA

Indexador por Plano/Segmento

Participação %	2021	Indexador/Meta
100,00	Plano/PGA	INPC + 3,22% a.a.
50,00	Renda Fixa	IMA-S
35,00		IMA-B5
10,00		IFR-M
5,00		IMA-B5+
100,00	Renda Variável	IBrX
100,00	Exterior	MSCI World Index em R\$

ALOCÇÃO DOS RECURSOS POR SEGMENTO

Segmento	Mínimo %	Máximo %	Alvo %
Renda Fixa	70,00	100,00	85,00
Renda Variável	0,00	20,00	10,00
Exterior	0,00	10,00	5,00

CONTROLE DE RISCO

A Entidade realiza avaliação prévia dos riscos envolvidos na definição da alocação estratégica nas diferentes classes de ativos, como apoio de consultoria de investimentos no momento da definição da PI.

A avaliação prévia dos riscos envolvidos na alocação dos ativos e derivativos é de responsabilidade dos gestores dos recursos, devendo seguir as diretrizes definidas na PI.

- Risco de Mercado
- Risco de Crédito
- Risco de Liquidez
- Risco Operacional
- Risco Legal
- Risco de Sistêmico

Realiza o apreçamento de ativos financeiros: Não	Dispõe de Manual: Não
Possui modelo proprietário de risco: Sim	Dispõe de Manual: Não
Realiza Estudos de ALM: Não	

A gestão dos investimentos é terceirizada para os gestores BNP Paribas e Itaú (gestão por fundos exclusivos).

DOCUMENTAÇÃO / RESPONSÁVEIS

Administrador Estatutário Tecnicamente

Qualificado

Período	Segmento	Nome	CPF	Cargo
01/01/2022 a 31/12/2022	Plano	Cristiano Souza da Conceição	213.946.128-26	AETQ

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

- A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental? Sim
- Utiliza derivativos? Sim
- Avaliação prévia dos riscos envolvidos? Sim
- Existência de sistemas de controles internos? Sim



Demonstrações **Contábeis**

Balancos Patrimoniais Consolidado – BP

em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

Ativo	2021	2020
Disponível	221	525
Realizável	138.440	144.425
Gestão previdencial	244	101
Gestão administrativa	25	-
Investimentos	138.171	144.324
Fundos de investimento	138.171	144.324
	138.661	144.950

Passivo	2021	2020
Exigível operacional	348	272
Gestão previdencial	211	147
Gestão administrativa	137	125
Patrimônio social	138.313	138.378
Patrimônio de cobertura do plano	134.385	138.378
Provisões matemáticas	132.988	136.385
Benefícios concedidos	58.633	59.282
Benefícios a conceder	74.355	77.103
Equilíbrio técnico	1.397	1.993
Resultados realizados	1.397	1.993
Superávit técnico acumulado	1.397	1.993
Fundos	3.928	6.300
Fundos previdenciais	3.809	6.170
Fundos administrativos	119	130
	138.661	144.950

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Social – DMPS (consolidada)

em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	2021	2020	Variação (%)
A) Patrimônio Social - início do exercício	144.678	145.207	-
1. Adições	5.824	11.633	(50)
(+) Contribuições previdenciais	3.569	3.723	(4)
(+) Portabilidade	-	23	(100)
(+) Resultado positivo líquido dos investimentos - Gestão previdencial	1.068	7.034	(85)
(+) Receitas administrativas	1.187	845	40
(+) Resultado positivo líquido dos investimentos - Gestão administrativa	-	8	(100)
2. Destinações	(12.189)	(12.162)	-
(-) Benefícios	(9.256)	(9.079)	2
(-) Resgates	(319)	(217)	47
(-) Portabilidades	(219)	-	(100)
(-) Desoneração de Contribuições de Patrocinador(es)	(1.197)	(1.787)	(33)
(-) Despesas Administrativas	(1.198)	(1.079)	11
3. Acréscimo/decréscimo no patrimônio social (1+2)	(6.365)	(529)	1.103
(+/-) Provisões matemáticas	(3.397)	1.846	(284)
(+/-) Superávit/ (déficit) técnico do exercício	(596)	(768)	(22)
(+/-) Fundos previdenciais	(2.361)	(1.381)	71
(+/-) Fundos administrativos	(11)	(226)	(95)
B) Patrimônio Social no final do Exercício (A+3)	138.313	144.678	(4)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DMAL

em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	2021	2020	Variação (%)
A) Ativo líquido - início do exercício	144.548	144.851	-
1. Adições	5.694	11.503	(50)
(+) Contribuições	4.626	4.446	4
(+) Portabilidade	-	23	(100)
(+) Resultado positivo líquido dos investimentos - Gestão previdencial	1.068	7.034	(85)
2. Destinações	(12.048)	(11.806)	2
(-) Benefícios	(9.256)	(9.079)	2
(-) Resgates	(319)	(217)	47
(-) Portabilidades	(219)	-	100
(-) Desonerações de Contribuições de Patrocinador(es)	(1.197)	(1.787)	(33)
(-) Custeio administrativo	(1.057)	(723)	46
3. Acréscimo/decréscimo no ativo líquido (1+2)	(6.354)	(303)	1.997
(+/-) Provisões matemáticas	(3.397)	1.846	(284)
(+/-) Fundos previdenciais	(2.361)	(1.381)	71
(+/-) Superávit/ (déficit) técnico do exercício	(596)	(768)	(22)
B) Patrimônio social - final do exercício (A+3)	138.194	144.548	(4)
C) Fundos não previdenciais	(11)	(226)	(95)
(+/-) Fundos administrativos	(11)	(226)	(95)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DAL

em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	2021	2020	Variação (%)
1. Ativos	138.524	144.825	(4)
Disponível	221	525	(58)
Recebível	363	231	57
Investimento	137.940	144.069	(4)
Fundo de investimentos	137.940	144.069	(4)
2. Obrigações	211	147	44
Operacional	211	147	44
3. Fundos não previdenciais	119	130	(8)
Fundos Administrativos	119	130	(8)
4. Ativo líquido (1-2-3)	138.194	144.548	(4)
Provisões matemáticas	132.988	136.385	(2)
Superávit/ (déficit) técnico	1.397	1.993	(30)
Fundos previdenciais	3.809	6.170	(38)
5. Apuração do equilíbrio técnico ajustado			
a) Equilíbrio técnico	1.397	1.993	(30)
b) (+/-) Ajuste de precificação	-	-	-
c) (+/-) Equilíbrio técnico ajustado (a+b)	1.397	1.993	(30)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada)

em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	2021	2020	Variação (%)
A) Fundo administrativo do exercício anterior	130	356	(63)
1. Custeio da Gestão Administrativa	1.187	853	39
1.1 Receitas	1.187	853	39
Custeio administrativo da gestão previdencial	1.057	723	46
Custeio administrativo dos investimentos	130	122	7
Resultado positivo dos investimentos	-	8	(100)
2. Despesas administrativas	(1.198)	(1.079)	11
2.1 Administração previdencial	(1.198)	(1.079)	11
Pessoal e encargos	(345)	(298)	16
Serviços de terceiros	(770)	(725)	6
Despesas gerais	(17)	(5)	240
Tributos	(66)	(51)	29
3. Constituição/reversão de contingências administrativas	-	-	-
4. Reversão de recursos para o plano de benefícios	-	-	-
5. Resultado negativo líquido dos investimentos	-	-	-
6. Sobra/insuficiência da gestão administrativa (1-2-3-4-5)	(11)	(226)	(95)
7. Constituição/reversão do fundo administrativo (6)	(11)	(226)	(95)
8. Operações transitórias	-	-	-
B) Fundo administrativo do exercício atual (A+ 7 + 8)	119	130	(8)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa por Plano de Benefícios – DPGA

em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	2021	2020	Variação (%)
A) Fundo administrativo do exercício anterior	130	356	(63)
1. Custeio da gestão administrativa	1.187	853	39
1.1 Receitas	1.187	853	39
Custeio administrativo da gestão previdencial	1.057	723	46
Custeio administrativo dos investimentos	130	122	7
Resultado positivo dos investimentos	-	8	(100)
2. Despesas administrativas	(1.198)	(1.079)	11
2.1 Administração dos planos previdenciais	(1.198)	(1.079)	11
Pessoal e encargos	(345)	(298)	16
Serviços de terceiros	(770)	(725)	6
Despesas gerais	(17)	(5)	240
Tributos	(66)	(51)	29
3. Constituição/reversão de contingências administrativas	-	-	-
4. Reversão de recursos para o plano de benefícios	-	-	-
5. Resultado negativo líquido dos investimentos	-	-	-
6. Sobra/insuficiência da gestão administrativa (1-2-3-4-5)	(11)	(226)	(95)
7. Constituição/reversão do fundo administrativo (6)	(11)	(226)	(95)
8. Operações transitórias	-	-	-
B) Fundo administrativo do exercício atual (A+ 7 + 8)	119	130	(8)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT

em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	2021	2020	Variação (%)
Provisões técnicas (1 + 2 + 3 + 4)	138.405	144.695	(4)
1. Provisões matemáticas	132.988	136.385	(2)
1.1 Benefícios concedidos	58.633	59.282	(1)
Contribuição definida	46.722	48.584	(4)
Benefício definido	11.911	10.698	11
1.2 Benefícios a conceder	74.355	77.103	(4)
Contribuição definida	74.282	77.024	(4)
Saldo de contas - parcela patrocinadores/ instituidores	43.509	46.450	(6)
Saldo de contas - parcela participantes	30.773	30.574	1
Benefício definido	73	79	(8)
2. Equilíbrio Técnico	1.397	1.993	(30)
2.1. Resultados realizados	1.397	1.993	(30)
Superávit técnico acumulado	1.397	1.993	(30)
Reserva de contingência	1.397	1.993	(30)
3. Fundos	3.809	6.170	(38)
3.1. Fundos previdenciais	3.809	6.170	(38)
4. Exigível operacional	211	147	44
4.1. Gestão previdencial	211	147	44

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1. Constituição

A Visteon Brasil Previdência Privada - VBPP, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC, constituída em 25 de fevereiro de 2003 e autorizada a funcionar pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social em 12 de dezembro de 2002, com autonomia administrativa, patrimonial e financeira de caráter não econômico e sem fins lucrativos, em conformidade com as normas emanadas pelo Ministério

da Previdência Social, por intermédio do Conselho Nacional da Previdência Complementar – CNPC, da Secretaria de Políticas de Previdência Complementar – SPPC e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

Os recursos atualmente administrados pela VISTEON BRASIL são oriundos de contribuições de patrocinadoras, participantes e rendimentos das aplicações desses recursos, que devem obedecer ao disposto em resoluções do Conselho Monetário Nacional – CMN e seguindo como pilar as determinações da política de investimentos de cada Plano de Benefícios.

A Entidade tem por finalidade, através do plano de benefício abaixo, assegurar aos funcionários, diretores e membros do Conselho de Administração Visteon e de suas pessoas jurídicas vinculadas (patrocinadoras) complementação de proventos de aposentadoria e outros benefícios de natureza previdenciária, de acordo com o correspondente plano.

1.2. Patrocinadores

A Visteon Brasil Previdência Privada – VBPP tem como patrocinadoras:

Plano de benefícios	Sigla	CNPB	Modalidade ⁽¹⁾	Patrocinadoras
Visteon Brasil	VBPP	1995.0035-65	CV	Visteon Sistemas Automotivos Ltda.
				Visteon Brasil Previdência Privada
				Reydel Automotive Brazil Indústria e Comércio de Sistemas Automotivos Ltda.
				Hanon Brasil Holdings Ltda.
				Hanon Systems Climatização do Brasil Indústria e Comércio Ltda.

⁽¹⁾ Planos de Benefício Definido (BD) são aqueles cujos benefícios programados têm seu valor previamente estabelecido, sendo seu custo determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção. Planos de Contribuição Definida (CD) são aqueles cujos benefícios programados têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo da conta, mantido em favor do participante, inclusive na fase de concessão de benefícios considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos. Planos de Contribuição Variável (CV) são aqueles cujos benefícios programados apresentam a conjugação das características das modalidades de contribuição definida e benefício definido.

1.3. Participantes

O quadro de participantes na data base da avaliação atuarial em 30 de setembro de 2021 e 2020 apresentam as seguintes posições:

	2021	2020
Participantes ativos e vinculados	1.802	1.821
Participantes assistidos (aposentados, pensionistas e outros) ⁽¹⁾	133	125
	1.935	1.946

⁽¹⁾ Inclui os participantes considerados como benefício proporcional diferido presumido.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPB), em conformidade com as seguintes normas específicas: Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC nº. 43, de 06 de agosto de 2021; Instrução Normativa PREVIC nº. 31, de 20 de agosto de 2020; Resolução CFC nº. 1.272, de 22 de janeiro de 2010 e alterações posteriores a essas normas.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial, e administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC TG 26 (R5).

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em duas gestões distintas (Previdencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, comum a ambas, segundo a natureza e a finalidade das transações.

Gestão previdencial – Atividade de registro e de controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos previstos no art. 14 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, bem como do resultado do plano de benefícios de natureza previdenciária;

Gestão administrativa – Atividade de registro e de controle inerentes à administração dos planos de benefícios; e

Investimentos – Registro e controle referentes à aplicação dos recursos de cada plano de benefício.

Conforme art. 17 da Resolução CNPC nº 43, de 06 de agosto de 2021, as Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC apresentam os seguintes demonstrativos contábeis, comparativos com o exercício anterior:

- Balanço Patrimonial Consolidado – BP;
- Demonstração da Mutações do Patrimônio Social – DMPS (consolidada);
- Demonstração da Mutações do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DMAL;
- Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DAL;
- Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada);
- Demonstração do Plano de Gestão Administrativa por Plano de Benefícios – DPGA;
- Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT.
- Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas.

As eliminações necessárias à consolidação das Demonstrações Contábeis foram realizadas de acordo com o art. 27 da Instrução Normativa PREVIC nº. 31, de 20 de agosto de 2020 e alterações posteriores. As contas passíveis de eliminações, entre outras, são "Participação no Plano de Gestão Administrativa" e "Participação no Fundo Administrativo PGA" (Nota 12).

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da administração e foram elaboradas e apresentadas em conformidade com as normas contábeis específicas, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC). Conforme constam destas diretrizes, as práticas contábeis adotadas pela Entidade são específicas para o segmento das entidades fechadas de previdência complementar.

As práticas contábeis e procedimentos adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis estão resumidos em:

a) Ativo realizável

Gestão previdencial – Compreende os valores e direitos relativos às contribuições de patrocinadores, participantes e autopatrocinados, observando-se o plano de custeio.

Gestão administrativa – Compreende os valores e direitos relativos ao custeio de despesas administrativas efetuado pela patrocinadora, participantes e outros eventos administrativos.

Investimentos – As diretrizes de aplicações dos recursos garantidores dos planos administrados estão em consonância com as respectivas Políticas de Investimentos dos Planos de Benefícios e do PGA e os principais critérios de avaliação e de reconhecimento de receitas são:

(i) Títulos públicos e fundos de investimento, crédito privado, derivativos, ações e swap

Estão registrados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos de forma pro rata até a data de encerramento do Balanço, sendo classificados na seguinte categoria:

a. Títulos para negociação – Quando adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição, sendo avaliados pelo valor de mercado e seus efeitos reconhecidos na demonstração do resultado do exercício;

b. Títulos mantidos até o vencimento – Quando a intenção da administração for manter os referidos títulos em carteira até o vencimento, considerando a capacidade financeira da Entidade, os prazos mínimos de vencimento e classificação de risco do título. Sendo avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos.

Os Derivativos são classificados e estão registrados pelo valor de mercado, sendo os ajustes ao valor de mercado reconhecidos no resultado dos investimentos.

As Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas da carteira são apropriadas em contas específicas diretamente vinculadas à modalidade de aplicação.

b) Exigível operacional

São demonstrados os valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos. São registradas as obrigações decorrentes de pagamento de benefícios aos participantes, prestação de serviços por terceiros, obrigações tributárias e provisões de folha administrativa e respectivos encargos.

c) Exigível contingencial

Decorrentes de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários, ex-participantes e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e fiscais. Essas contingências, coerentes com prática conservadora adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

Para as provisões de passivos contingentes a Entidade utiliza as definições do Pronunciamento Técnico CPC 25, conforme definições a seguir:

- **Prováveis:** para os quais são constituídas provisões;
- **Possíveis:** somente são divulgados sem que sejam provisionados; e
- **Remotas:** não requerem provisão e divulgação.

Conforme parecer dos assessores legais, não há processos ativos ou passivos classificados como prováveis ou possíveis na Entidade.

d) Plano de gestão administrativa – PGA

Os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio segregado do plano de benefícios previdencial.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdenciais, Investimentos e Diretas) e reembolsos administrativos, deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial, e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo.

O saldo do Fundo Administrativo é segregado por plano de benefício previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos do plano.

As receitas administrativas da entidade são debitadas do Plano Previdencial em conformidade com o plano de custeio vigente.

e) Patrimônio social

O Patrimônio Social consiste no acúmulo de recursos oriundos de seus participantes e patrocinadoras, e que tem como objetivo garantir o benefício futuro dos participantes vinculados ao Plano e os fundos segregados em previdencial e administrativos.

f) Estimativas atuariais e contábeis

A elaboração das Demonstrações Contábeis requer que a administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ao determinar estas estimativas levam-se em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos.

Os principais itens de Balanço sujeitos a essas estimativas e premissas são:

- Ajustes a valores de mercado dos ativos classificados em títulos para negociação: conforme informação de precificação disponibilizada através do agente custodiante.
- Contingências: as probabilidades de êxito e valores econômicos são informadas pelos consultores jurídicos.
- Provisões matemáticas: calculadas atuarialmente por profissional responsável pelo Plano.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A administração revisa as estimativas e premissas periodicamente.

g) Impostos

I. Imposto de renda

Em 29 de dezembro de 2004 foi sancionada a Lei nº 11.053, que revogou a Medida Provisória nº 2.222, de 04 de setembro de 2001, e introduziu alterações no sistema de tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário. Conforme previsto no artigo 5º dessa Lei, a partir de 01 de janeiro de 2005, ficaram dispensados a retenção na fonte e o pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das provisões, reservas técnicas e fundos de planos de benefícios de entidade de previdência complementar.

Em 5 de abril de 2013 foi editada a IN nº 1.343, que determina que as Entidades Fechadas de Previdência Complementar estão desobrigadas de reter o IRRF sobre os pagamentos a título de complementação de aposentadoria, resgates e rateio de patrimônio, correspondente às contribuições efetuadas exclusivamente pelo beneficiário, no período de 1º de janeiro de 1989 a 31 de dezembro de 1995.

II. PIS e COFINS

São as contribuições calculadas às alíquotas de 0,65% para o PIS e 4% para a COFINS, sobre as receitas administrativas (receita bruta excluída, entre outros, dos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras destinadas a pagamentos de benefícios de aposentadoria, pensão, pecúlio e de resgate).

h) Registro das adições, deduções, receitas, despesas, rendas/ variações positivas e deduções/variações negativas.

As Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa e as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo de Investimento são escrituradas pelo regime contábil de competência, exceto as contribuições de autopatrocinados dos planos Contribuição Definida e Contribuição Variável, que são registradas pelo regime de caixa.

As Rendas/Variações Positivas de dividendos, bonificações e juros sobre capital próprio recebidos em dinheiro, decorrentes de investimentos em ações, são reconhecidas após a publicação da decisão da Assembleia Geral dos Acionistas das empresas investidas.

4. CUSTEIO ADMINISTRATIVO

Representa o valor líquido das importâncias à Gestão Administrativa para cobertura dos gastos com a Gestão Previdencial e de Investimentos dos respectivos planos de benefícios.

O custeio administrativo tem origem nas seguintes fontes:

Gestão previdencial: são contabilizadas na Gestão Administrativa – Administração Previdencial e custeadas através de contribuições das Patrocinadoras, conforme orçamento aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade;

Investimentos: são contabilizadas na Gestão Administrativa – Administração de Investimentos, sendo custeadas diretamente pela rentabilidade dos Investimentos.

5. RECLASSIFICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2020

Devido a alteração normativa, implementada pela Instrução PREVIC nº 31, de 20 de agosto de 2020, com vigência a partir de janeiro de 2021 e atualizada pela Instrução PREVIC nº 44, de 23 de novembro de 2021, que dentre as principais alterações efetuou ajustes e adequações na planificação contábil e nas demonstrações financeiras das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, cujo as mesmas relativas ao exercício social de 2020 consolidadas e individualizadas por planos previdenciais e de gestão administrativa, foram ajustadas para fins de comparabilidade com o exercício social de 2021.

A obrigatoriedade da apresentação das demonstrações financeiras de 2020 reclassificadas para fins de comparabilidade está contida no anexo III da Instrução PREVIC nº 44, de 23 de novembro de 2021, com o seguinte texto: "Para o exercício de 2021 as informações comparativas do exercício anterior devem ser reclassificadas e evidenciadas em item específico nas notas explicativas".

Os principais ajustes realizados para atendimento a alteração normativa, são:

• Demonstração da Mutaç o do Patrim nio Social Consolidada

No grupo das Adi es de 2020, foi feita a abertura do montante de R\$ 1.959 referente as contribui es previdenciais em tr s linhas, sendo: Contribui es Previdenciais no valor de R\$ 3.723, portabilidade no valor de R\$ 23 e no grupo Dedu es, foi alocado o valor de (R\$ 1.787) referente Desonera o de Contribui es de Patrocinador (es).

No grupo das Dedu es de 2020 foi feita a abertura do montante de R\$ 9.296 referente aos Benef cios em duas linhas, sendo: Benef cios no valor de R\$ 9.079, Resgates no valor de R\$ 217.

Os ajustes realizados tiveram altera es nos totais dos grupos de Adi es e Dedu es no montante de 1.787, devido a reclassifica o da Desonera o de Contribui es de Patrocinador(es) da linha de Contribui es Previdenciais no grupo das Adi es para abertura no grupo das Dedu es.

Essas movimenta es n o causaram impacto no patrim nio social do exerc cio de 2020.

• Demonstra o da Muta o do Ativo L quido - Plano Visteon Prev

No grupo das Adi es de 2020, foi feita a abertura do montante de R\$ 2.682 referente as contribui es em tr s linhas, sendo: Contribui es no valor de R\$ 4.446, portabilidade no valor de R\$ 23 e no grupo Dedu es, foi alocado o valor de (R\$ 1.787) referente Desonera o de Contribui es de Patrocinador (es).

No grupo das Dedu es de 2020 foi feita a abertura do montante de R\$ 9.296 referente aos Benef cios em duas linhas, sendo: Benef cios no valor de R\$ 9.079 e Resgates no valor de R\$ 217.

Os ajustes realizados tiveram altera es nos totais dos grupos de Adi es e Dedu es no montante de 1.787, devido a reclassifica o da Desonera o de Contribui es de Patrocinador(es) da linha de Contribui es no grupo das Adi es para abertura nas no grupo das Dedu es.

Essa movimenta o n o causou impacto no total do Ativo L quido no exerc cio social de 2020.

• Demonstra o do Plano de Gest o Administrativa Consolidado e por Plano

Para fins de comparabilidade foram feitas as consolida es das despesas administrativas, excluindo as linhas que anteriormente eram feitas com segrega o entre despesa da administra o previdencial e da administra o dos investimentos, com aberturas entre as despesas comuns e espec ficas, sendo assim, os valores de Servi os de Terceiros de R\$ 609 e R\$ 116 e Tributos de R\$ 45 e R\$ 6 foram consolidados.

Essa movimenta o n o causou impacto nos valores das despesas administrativas totais e saldo do Fundo Administrativo no exerc cio social de 2020.

6. ATIVO REALIZÁVEL

	2021	2020
Gestão Previdencial		
Contribuições a receber ⁽¹⁾	244	101
Gestão Administrativa		
Contribuições a receber ⁽¹⁾	25	-
Total	269	101

⁽¹⁾ Refere-se a contribuições de patrocinadoras e participantes a serem liquidadas no mês subsequente.

7. INVESTIMENTOS

A administração, através da Política de Investimentos, que é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho Deliberativo com horizonte de cinco anos, determina diretrizes para direcionamento da aplicação dos recursos garantidores das Provisões Matemáticas, bem como para classificação de Títulos e Valores Mobiliários. A Entidade mantém contrato com o Itaú Unibanco S.A e BNP Paribas, pessoa jurídica credenciada na Comissão de Valores Mobiliários, para atuar como agente custodiante e como responsável pelo fluxo de pagamentos e recebimentos, no tocante às operações de renda fixa, investimentos estruturados e de renda variável.

a) Composição de investimentos - consolidada

	2021	2020
Investimentos		
Fundos de Investimentos Multimercados ⁽¹⁾ e ⁽²⁾	138.171	144.324
Total	138.171	144.324

⁽¹⁾ Refere-se aos títulos que compõe a carteira de investimentos estão marcadas "para negociação".

⁽²⁾ Refere-se ao fundo de investimento exclusivo.

b) Composição por Plano e PGA

	2021			2020
Investimentos	Plano	PGA	Total	Total
Fundos de Investimentos - Multimercado (1) e (2)	137.940	231	138.171	144.324
Total	137.940	231	138.171	144.324

⁽¹⁾ Refere-se aos títulos que compõe a carteira de investimentos estão marcadas "para negociação".

⁽²⁾ Refere-se ao fundo de investimento exclusivo.

c) Composição por Fundo de Investimentos – Multimercado

	2021			2020
	Egeon (Itaú Unibanco S.A)	BNP Aurora	Total	Total
Investimentos				
Fundos de Investimentos	69.049	69.122	138.171	144.324
Total	69.049	69.122	138.171	144.324

d) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP, na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia – CBLC, no Banco Itaú Unibanco e em outras Instituições Financeiras.

Apresentamos a seguir a composição por tipo de papel, prazo de vencimento e tipo de carteira dos Títulos e Valores Mobiliários:

Visteon Brasil	Categoria	Vencimento			Valor Contábil	
	Para Negociação	Indeterminado	De 1 ano até 5 anos	Acima de 5 anos	2021	2020
Fundo de Investimento	5 anos	2021		2020	138.171	144.324
Fdo. Investimento - Exclusivo	138.171	24.059	42.245	71.867	138.171	144.324
Certificado de Depósito Bancário	449	-	449	-	449	-
Debêntures	18.373	-	16.072	2.301	18.373	15.253
Letras Financeiras	21.628	-	21.628	-	21.628	18.302
Letras Financeiras do Tesouro	6.206	-	-	6.206	6.206	10.563
Letras do Tesouro Nacional	590	-	590	-	590	4.240
Notas do Tesouro Nacional	65.229	-	1.869	63.360	65.229	66.566
LFSN	5.320	5.320			5.320	
Opções Futuros	2	2	-	-	2	6.514
Depósito a prazo com garantia especial do FGC	1.043	-	1.043	-	1.043	-
CDC - PRÉ	594	-	594	-	594	-
Cotas de Fundos	11.595	11.595	-	-	11.595	13.694
Ações	6.863	6.863	-	-	6.863	8.545
Pagar/Receber/Disponível	279	279	-	-	279	647
Total	138.171	24.059	42.245	71.867	138.171	144.324

8. EXIGÍVEL OPERACIONAL

	2021	2020
Gestão previdencial	211	147
Retenções sobre folha benefícios (1)	211	147
Gestão administrativa	137	125
Despesas a pagar (1)	109	93
Retenções a recolher (2)	21	27
Tributos a recolher (3)	7	5
Total	348	272

⁽¹⁾ Refere-se a provisão de férias sobre folha de funcionários, retenções e serviços de terceiros.

⁽²⁾ Refere-se a provisão de impostos sobre serviços de terceiros e retenção sobre folha de funcionários a liquidar no mês subsequente.

⁽³⁾ Refere-se a provisão de PIS/COFINS sobre as contribuições administrativas a liquidar no mês subsequente

9. PROVISÕES MATEMÁTICAS

a) As provisões matemáticas foram calculadas por atuários, cujos pareceres evidenciam o cumprimento às normas atuariais pertinentes, considerando-se as características peculiares do Estatuto e dos Regulamentos dos planos de benefícios e incluem os compromissos correspondentes aos participantes que já adquiriram direitos, os quais podem ou não ter sido requerido, e o direito aos participantes que ainda não os adquiriram.

As provisões matemáticas apresentam a seguinte divisão:

(i) Provisões de benefícios concedidos – Corresponde ao montante necessário para cobertura dos compromissos futuros do Plano para com os participantes que se encontram em gozo de benefício (aposentadorias e pensões)

(ii) Provisões de benefícios a conceder – Corresponde ao montante necessário para cobertura dos compromissos futuros do Plano para com os participantes não elegíveis aos benefícios.

b) Premissas e hipóteses atuarias

As premissas adotadas na avaliação atuarial anual são aquelas consideradas como aderentes à massa de participantes, conforme estudos de aderência elaborados por consultoria atuarial externa e independente.

Os cálculos das provisões matemáticas de 2021 e 2020 consideraram as seguintes premissas e hipóteses atuarias e econômicas:

HIPÓTESE	2021	2020
Taxa real anual de juros	3,22% a.a.	3,81% a.a.
Projeção de crescimento real de salários	1,00% a.a.	2,46% a.a.
Fator de capacidade para os salários (3)	0,00%	100,00% a.a.
Fator de capacidade para os benefícios	98,00% a.a.	98,00% a.a.
Hipótese sobre rotatividade	Experiência Towers WTW Modificada (+0,04)	Experiência Towers WTW Modificada (+0,04)
Tábua de mortalidade geral (1) (2)	AT-2000	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos (2)	RRB-1944	RRB-1944
Tábua de entrada em invalidez	Light Fraca	Light Fraca
Meta atuarial	INPC + 3,22% a.a.	INPC + 3,81% a.a.
Probabilidade de aposentadoria	100% na primeira idade elegível à aposentadoria normal	100% na primeira idade elegível à aposentadoria normal
Benefícios a conceder		
Cônjuge	Mulher 4 anos mais nova que o homem	Mulher 4 anos mais nova que o homem
Probabilidade de Casados na aposentadoria	100%	100%

⁽¹⁾ AT-2000 Básica suavizada em 10%

⁽²⁾ Tábuas específicas por sexo.

⁽³⁾ A entidade e as patrocinadoras do plano optaram por utilizar valores nominais dos salários no processo de avaliação atuarial, independentemente de inflação. Sendo Assim, não se utiliza hipótese de fator de terminação do valor real ao longo do tempo para salários

Quando apurada a TIR dos passivos, foi obtido, com nível de confiança de 50%, suporte para a adoção da taxa real anual de juros de 3,22% a.a. para o Plano de Aposentadoria Visteonprev. Essa taxa está dentro do intervalo indicado pela Portaria Previc nº 228/2021 para esse plano (limite inferior: 3,21% a.a. e limite superior: 4,98% a.a.).

Sendo assim, a Visteon Brasil Previdência Privada e as patrocinadoras do Plano de Aposentadoria Visteonprev optaram por utilizar a taxa real anual de juros de 3,22% a.a. na avaliação atuarial de 2021.

c) Evolução das provisões matemáticas

	Saldos em 2020	Constituição	Saldos em 2021
Benefícios Concedidos	59.282	(649)	58.633
Benefícios a conceder	77.103	(2.748)	74.355
Total	136.385	(3.397)	132.988

Comparando o Passivo Atuarial reavaliado no exercício de 2020 com o evoluído por recorrência de 31 de dezembro de 2021, a variação encontrada é de 0,47%. A Provisão Matemática de Benefícios Concedidos cresceu dentro do esperado, considerando as novas concessões que ocorreram no período e a redução da taxa de juros de 3,81% a.a. para 3,22% a.a.. A variação da massa de participantes, a alteração da hipótese de crescimento real de salários e a redução da taxa de juros de 3,81% a.a. para 3,22% a.a. justificam a variação da provisão matemática de benefícios a conceder.

10. EQUILÍBRIO TÉCNICO

a) Apuração do resultado do exercício

Apresentamos a seguir, os resultados acumulados obtidos pela Entidade em 31 de dezembro e a respectiva variação no exercício:

	Saldos em 2020	Déficit do exercício ⁽¹⁾	Saldos em 2021
Visteon Brasil	1.993	(596)	1.397
Total	1.993	(596)	1.397

⁽¹⁾ A redução do superávit decorre, principalmente, da redução da taxa de juros em 31/12/2021, bem como da rentabilidade do plano no período.

O retorno dos investimentos de 2021 informado pela Visteon Brasil Previdência Privada – VBPP equivale a 0,79% a.a. Esse percentual líquido da inflação anual de 10,16% (variação do INPC no ano de 2021) resulta em uma rentabilidade de (8,51%) a.a., que é inferior à hipótese da taxa real anual de juros de 3,81% a.a. utilizada na avaliação atuarial de 2020. Por ser a taxa real anual de juros uma premissa de longo prazo, a divergência observada não justifica qualquer inferência sobre o ocorrido, entretanto, o monitoramento dessa hipótese está sendo feito anualmente na forma estabelecida na legislação vigente.

b) Equilíbrio técnico ajustado

Em conformidade com a Instrução PREVIC nº 19, de 04 de fevereiro de 2015, para fins de destinação de superávit ou equacionamento de déficit deverá ser considerado o equilíbrio técnico ajustado que é produto do

equilíbrio técnico contábil acrescido do ajuste negativo (no caso de superávit) e do ajuste positivo ou negativo (no caso de déficit).

A seguir apresentamos o equilíbrio do plano:

Descrição	2021	2020
Saldo de provisões matemáticas (a) (1)	11.984	10.777
Cálculo do limite do superávit técnico acumulado		
Duração do passivo do plano acrescido de 10 pontos (b)	18,48	18,49
Limite do superávit técnico calculado pelo fator (a * b)	2.215	1.993
Limite do superávit técnico calculado em 25% das PM (a * 25%)	2.996	2.694
Limite da reserva de contingência (menor valor entre os limites)	2.215	1.993
Equilíbrio técnico ajustado		
a) Equilíbrio técnico contábil	1.397	1.993
b) (+/-) Ajuste de precificação (2)	-	-
c) (+/-) Equilíbrio técnico ajustado (= a + b)	1.397	1.993

⁽¹⁾ Provisões matemáticas da parcela relativa a modalidade benefício definido.

⁽²⁾ corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa real de juros anual utilizada na respectiva avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos. Como não há títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria mantidos até o vencimento, o ajuste de precificação definido na Resolução CNPC nº 16/2014, a qual altera a Resolução CGPC nº 26/2008, não é aplicável.

Fez-se necessária a reversão total do Fundo Revisão de Plano 2020 para o Patrimônio de Cobertura do Plano no valor de R\$ 1.475 para recompor a Reserva de Contingência conforme Art. 27 da Resolução CNPC nº 30/2018.

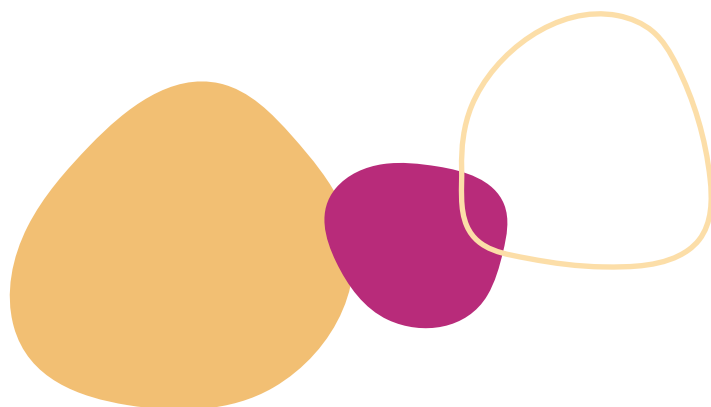
11. FUNDOS

a) Fundos previdenciais - Composto pelas parcelas de contribuição das patrocinadoras que não foram utilizadas para o pagamento de benefícios em função das condições de elegibilidade e tipo de benefício pago ao participante no momento de seu desligamento. Os valores serão utilizados pelas patrocinadoras para efetuar as contribuições/aportes em nome dos participantes, conforme estabelecido no regulamento do plano.

b) Fundo administrativo - Constituídos com recursos das patrocinadoras excedentes às despesas administrativas dos planos, destinando-se ao custeio das despesas previdenciais da gestão administrativa.

	Saldos em 2020	Remuneração	Constituição	(Reversão) ⁽¹⁾	Saldos em 2021
Fundos					
Fundos previdenciais	6.170	66	268	(2.695)	3.809
Fundo administrativo	130	-	1.187	(1.198)	119
Total	6.300	66	1.455	(3.893)	3.928

⁽¹⁾ Fez-se necessária a reversão total do Fundo Revisão de Plano 2020 para o Patrimônio de Cobertura do Plano no valor de R\$ 1.475 para recompor a Reserva de Contingência conforme Art. 27 da Resolução CNPC nº 30/2018.



12. AJUSTES E ELIMINAÇÕES

	2021	2020
Participação no plano de gestão administrativa	119	130
Plano de aposentadoria Visteon Brasil	119	130
Participação no fundo administrativo PGA	119	130
Plano de aposentadoria Visteon Brasil	119	130

13. REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Abaixo demonstramos os custos com a remuneração total atribuída a folha de funcionários da entidade:

	2021	2020
Pessoal e encargos	345	298
Pessoal Próprio	345	298

14. PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Visteon Prev podem ser consideradas: os Participantes e a Patrocinadora Visteon Sistemas Automotivos Ltda. A Visteon Brasil Previdência Privada – VBPP cujo relacionamento ocorre por intermédio de Convênio de Adesão para oferecimento do plano de Aposentadoria Visteon Prev para os seus empregados e Dirigentes, e seus administradores compostos pelos Membros do Conselho Deliberativo e Diretoria Executiva, assim como pelos membros do Conselho Fiscal da Entidade, cujas atribuições e responsabilidades estão definidas no Estatuto Social da Visteon Prev.

15. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Durante o exercício de 2021, assim como o mundo, a Entidade ainda sofreu os impactos do corona vírus (COVID-19), os quais foram devidamente reconhecidos nas demonstrações financeiras, porém controlados através de medidas protetivas e prudenciais nas aplicações financeiras, acompanhadas de ações voltadas ao isolamento social, com a manutenção integral das rotinas e controles da Entidade. A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações, como estrutura necessária para realização de teletrabalho até a garantia de retorno das atividades presenciais com a segurança necessária e na posição patrimonial e financeira da Entidade, por meio de controles detalhados de consultorias contratadas e gestores de investimentos, tendo como objetivo a constante adoção de medidas apropriadas para mitigar os impactos da pandemia nas operações e nas demonstrações contábeis

Cristiano Souza da Conceição
Representante Legal
CPF: 213.946.128-26

Alexandre Freire Ricardo
Contador - CRC: 1SP 288.438/O-4
CPF: 089.357.146-66

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos

Administradores, Participantes e Patrocinadores da
Visteon Brasil Previdência Privada - VBPP

Guarulhos - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Visteon Brasil Previdência Privada - VBPP (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, as respectivas demonstrações das mutações do patrimônio social e ativo líquido, do ativo líquido por plano de benefícios, dos planos de gestão administrativa consolidada e por plano, e das provisões técnicas do plano de benefícios para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Visteon Brasil Previdência Privada - VBPP em 31 de dezembro de 2021 e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de março de 2022

ADVISER Sul Auditores Independentes
CRC – SC 05655/O-9

Tiago Silva Xavier
Contador CRC -SC-031.744/O-6

Parecer do Conselho Fiscal

Em cumprimento às obrigações estatutárias que lhe são conferidas pelo Estatuto e pela legislação vigente aplicável, os membros do Conselho Fiscal da Visteon Brasil Previdência Privada – VBPP reuniram-se nesta data para apreciar as operações financeiras e contábeis referentes ao exercício findo em 31/12/2021, bem como os atos e as contas apresentadas pela Diretoria Executiva da VBPP por meio dos documentos exigidos pela legislação em vigor.


Examinados os documentos apresentados foi constatado por este Conselho Fiscal que as contas apresentadas encontram-se exatas e atendem ao disposto nas normas contábeis e financeiras aplicáveis às entidades fechadas de previdência complementar, bem como no Estatuto da VBPP, razão pela qual os membros deste Conselho Fiscal emitem o presente Parecer favorável às informações constantes das Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31/12/2021.

Guarulhos, 25 de março de 2022.

Ata de Reunião do Conselho Deliberativo

Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de março do ano de 2022, às 14:00 horas, na sede social na Avenida Orlanda Bérgamo, nº 1062, sala 1, Bairro Cumbica, na Cidade de Guarulhos, Estado de São Paulo, reuniram-se os membros do Conselho Deliberativo da Visteon Brasil Previdência Privada – VBPP, abaixo assinados. Assumiu a presidência dos trabalhos o Presidente deste Conselho Deliberativo, que convidou a mim, Sr. Eduardo Lima Siqueira, para secretariar a presente reunião, passando-se à deliberação sobre a seguinte Ordem do Dia:

ORDEM DO DIA: Deliberar sobre as Demonstrações Contábeis da VBPP relativas ao exercício findo em 31/12/2021.



ESCLARECIMENTOS: De acordo com as disposições estatutárias vigentes da VBPP, foram abertos os trabalhos e constituída a Mesa. O Sr. Presidente informou que a presente reunião tem por objetivo deliberar sobre as Demonstrações Contábeis da VBPP relativas ao exercício findo em 31/12/2021, as quais foram elaboradas conforme determina a legislação vigente aplicável às entidades fechadas de previdência complementar. O Sr. Presidente elucidou que é responsabilidade deste Conselho analisar as Demonstrações Contábeis, bem como os demais documentos encaminhados pela Diretoria Executiva para manifestação. Nesse sentido, destacou que a documentação pertinente foi previamente avaliada pelos integrantes do Conselho Fiscal da VBPP, os quais emitiram Parecer favorável. Para atendimento à legislação, o Sr. Presidente apresentou aos presentes os documentos encaminhados pela Diretoria Executiva, permitindo-lhes a adequada análise. Finalizando a reunião, o Sr. Presidente lembrou que, após análise e manifestação por este Colegiado, a Diretoria Executiva da VBPP será responsável pelo envio dos documentos à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc por meio do STA – Sistema de Transferência de Arquivos, até o dia 31/03/2022.

DELIBERAÇÕES: Após análise e amplo debate entre os membros presentes, foram aprovadas, por unanimidade, as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31/12/2021, as quais refletem que as operações financeiras e contábeis da VBPP no referido exercício foram realizadas de forma correta, restando consignada nesta ata de reunião a manifestação favorável deste Conselho Deliberativo em relação aos documentos encaminhados pela Diretoria Executiva.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, encerrou-se a reunião para lavratura da ata que depois de lida e aprovada vai pelos presentes assinada.



Parecer da Avaliação Atuarial do Plano de Aposentadoria Visteonprev

**referente ao encerramento
do exercício de 2021**

Introdução

O presente parecer atuarial tem por objetivo apresentar os resultados da avaliação atuarial de encerramento do exercício do Plano de Aposentadoria Visteonprev da Visteon Brasil Previdência Privada – VBPP, CNPJ 1995.0035-65, estruturado na modalidade de Contribuição Variável, em atendimento à legislação vigente.

Para fins desta avaliação atuarial foi adotada como data do cadastro 30/09/2021 e como data da avaliação 31/12/2021.

São patrocinadoras do Plano as empresas referidas no item a seguir.

Patrocinadores e Instituidores

CNPJ	Razão Social
03.509.521/0001-67	Visteon Sistemas Automotivos Ltda.
05.590.227/0001-58	Visteon Brasil Previdência Privada – VBPP
21.881.060/0001-30	Reydel Automotive Brazil Indústria e Comércio de Sistemas Automotivos Ltda.
23.853.499/0001-85	Hanon Brasil Holdings Ltda.
18.830.418/0001-91	Hanon Systems Climatização do Brasil Indústria e Comércio Ltda.

Nos termos dos convênios de adesão vigentes as patrocinadoras são solidárias entre si no que concerne às obrigações referentes à cobertura de benefícios oferecidos pela Visteon Brasil Previdência Privada aos participantes e respectivos beneficiários do Plano de Aposentadoria Visteonprev.

Informações relevantes adicionais

A avaliação atuarial à qual se refere este parecer reflete o regulamento aprovado pela Portaria nº 153, de 15/2/2019, publicada no D.O.U. de 28/2/2019.

Qualidade da Base Cadastral

A Willis Towers Watson efetuou análise na base de dados com a finalidade de identificar eventuais distorções, não assegurando que todas as distorções foram detectadas e sanadas.

Após a análise detalhada dos dados e correções feitas pela Visteon Brasil Previdência Privada –VBPP e por suas patrocinadoras, foi considerado que os dados estavam suficientemente completos, não havendo necessidade de qualquer ajuste para realização da avaliação atuarial.

A responsabilidade sobre a veracidade e completude das informações prestadas é inteiramente das patrocinadoras, do administrador do plano e de seus respectivos representantes legais, não cabendo ao atuário qualquer responsabilidade sobre as informações prestadas.

Estatísticas

As estatísticas a seguir estão posicionadas na data-base do cadastro e referem-se à totalidade dos participantes e assistidos do Plano, uma vez que as patrocinadoras são solidárias.

Participantes ativos¹

	30/09/2021
Quantidade	
- Ativos	747
- Autopatrocinados	44
- Benefício proporcional diferido	1.011
Idade média (em anos)	42
Tempo médio de serviço (em anos)	11
Tempo médio de contribuição (em anos)	10
Tempo médio para aposentadoria (em anos)	14
Folha de salário de participação anual (R\$)	49.372.396

¹ apenas a quantidade inclui os que estão em aguardo do benefício proporcional diferido bem como os benefícios proporcionais diferidos presumidos

Participantes assistidos

Benefício	30/09/2021		
	Quantidade de Benefícios Concedidos	Idade Média dos Assistidos (anos)	Valor Médio do Benefício (R\$)
Aposentadoria Normal	68	69	3.709,77
Pensionistas	10	71	2.275,12
Benefício Proporcional	55	64	3.638,50

Observamos que com relação a pensão por morte a quantidade de benefícios concedidos refere-se ao número de grupos familiares.

Hipóteses e Métodos Atuariais

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a Willis Towers Watson e a Visteon Brasil Previdência Privada – VBPP, conforme determina a redação da Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018 e da Instrução Normativa Previc nº 33, de 23/10/2020.

A Visteon Brasil Previdência Privada – VBPP obteve junto às patrocinadoras a manifestação fundamentada sobre as hipóteses econômicas e financeiras que guardam relação com suas respectivas atividades.

Para a apuração das provisões matemáticas e dos custos foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

	2021	2020
Taxa Real Anual de Juros	3,22%	3,81%
Projeção de Crescimento Real de Salário	1,00%	2,46%
Fator de Determinação Valor Real ao longo do Tempo Ben Entidade	98,0%	98,0%
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 ^{1 2}	AT-2000 ^{1 2}
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RRB-1944 ¹	RRB-1944 ¹
Tábua de Entrada em Invalidez	Light Fraca	Light Fraca
Rotatividade	Experiência WTW	
Modificada (+0,04)	Experiência WTW	
Modificada (+0,04)		
Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios)	INPC (IBGE)	INPC (IBGE)
Hipótese sobre Composição de Família de Pensionistas		
Participantes Ativos	100% casados; mulher 4 anos mais nova que o homem	100% casados; mulher 4 anos mais nova que o homem

¹ Segregada por sexo

² Constituída com base na AT-2000 Basic suavizada em 10% (SOA)

A entidade e as patrocinadoras do plano optaram por utilizar valores nominais dos salários no processo de avaliação atuarial, independentemente de inflação. Sendo assim, não se utiliza hipótese de fator de determinação do valor real ao longo do tempo para salários.

O cálculo das provisões matemáticas de benefícios concedidos dos participantes assistidos considera a composição familiar informada pela entidade.

Para os participantes aposentados a composição familiar corresponde ao beneficiário vitalício mais jovem.

Para os pensionistas a composição familiar correspondente ao beneficiário vitalício mais jovem, o beneficiário temporário mais jovem e o número total de beneficiários elegíveis à pensão.

Em relação à Entrada em Aposentadoria, por ser o Plano de Benefícios na modalidade de Contribuição Variável, consideramos que 100% das Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder – parcela de benefício definido estará constituída na idade de Aposentadoria Antecipada conforme elegibilidades mínimas exigidas no Regulamento do plano.

Foi realizado em março de 2020 estudo de aderência das hipóteses atuariais para atender os dispositivos previstos nas bases técnicas constantes nas redações da Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018, e da Instrução nº 10 de 30/11/2018, válida até 31/12/2020. Esse estudo é considerado válido para a avaliação tratada neste parecer.

A seguir descrevemos algumas razões para a seleção das principais hipóteses.

Taxa real anual de juros

A taxa real anual de juros, utilizada para trazer a valor presente os pagamentos dos benefícios definidos, conforme determinam a Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018, a Instrução Normativa nº 33, de 23/10/2020, e a Portaria Previc nº 228/2021, deve ser justificada pela entidade fechada de previdência complementar com base em estudos técnicos que demonstrem a convergência entre a hipótese da taxa real anual de juros e a taxa de retorno anual projetada para as aplicações dos recursos garantidores relacionados aos benefícios a conceder e concedidos que tenham seu valor ou nível previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente.

A Willis Towers Watson foi contratada pela Visteon Brasil Previdência Privada para desenvolver tal estudo utilizando os fluxos de benefícios e contribuições do plano de 31/12/2020, elaborados com as hipóteses constantes no Parecer Atuarial de 2020 e segundo as regras do plano de benefícios estabelecidas no regulamento vigente em 31/12/2020.

Quando apurada a TIR dos passivos, foi obtido, com nível de confiança de 50%, suporte para a adoção da taxa real anual de juros de 3,22% a.a. para o Plano de Aposentadoria Visteonprev. Essa taxa está dentro do intervalo indicado pela Portaria Previc nº 228/2021 para esse plano (limite inferior: 3,21% a.a. e limite superior: 4,98% a.a.).

Sendo assim, a Visteon Brasil Previdência Privada e as patrocinadoras do Plano de Aposentadoria Visteonprev optaram por utilizar a taxa real anual de juros de 3,22% a.a. na avaliação atuarial de 2021.

Esse estudo deve ser aprovado pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo e acompanhado de parecer emitido pelo Conselho Fiscal da entidade.

Projeção do crescimento real de salário

A taxa de projeção do crescimento real de salário deve ser baseada na política de recursos humanos de longo prazo dos patrocinadores do plano de benefícios de modo a refletir o aumento real médio de salário que as empresas estimam que um empregado tenha ao longo de toda a sua carreira.

A Willis Towers Watson, responsável pela avaliação atuarial do Plano de Aposentadoria Visteonprev, realizou em janeiro de 2022 o estudo técnico de adequação da hipótese de projeção do crescimento real de salários para atender aos dispositivos previstos nas bases técnicas da Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018, e na Instrução Normativa nº 33, de 23/10/2020.

A hipótese de projeção do crescimento real de salário adotada em 2021 reflete o resultado desse estudo.

Fator de determinação do valor real ao longo do tempo

Fator aplicado sobre os benefícios, a fim de determinar um valor médio e constante, em termos reais, durante o período de um ano. Isso significa que nas projeções de longo prazo, haverá uma perda do poder aquisitivo dos benefícios.

Esse fator é calculado em função do nível de inflação estimado no longo prazo e do número de reajustes, dos benefícios, que ocorrerá durante o período de 12 meses.

A projeção de inflação definida pelo Comitê de Investimentos local da Willis Towers Watson em 2021 para a inflação oficial, medida pelo IPCA, considerou um horizonte de tempo de 10 anos e é de 3,25% a.a., indicando a adoção da hipótese do fator de determinação do valor real ao longo do tempo de 98%.

O Comitê de Investimentos local da Willis Towers Watson utiliza o IPCA por ser o índice oficial do país, mais amplamente discutido e projetado.

Essa hipótese é revista anualmente com base na estimativa de inflação de longo prazo do Comitê de Investimentos local da Willis Towers Watson.

Hipóteses Biométricas e Demográficas

As tábuas biométricas e demográficas são instrumentos que permitem medir as probabilidades de ocorrência de eventos, como morte, invalidez e desligamento de uma população em função da idade e do sexo.

Essas tábuas são selecionadas dentre um conjunto de tábuas geralmente aceitas no Brasil para a avaliação dos compromissos com benefícios de longo prazo.

A escolha da tábua de mortalidade que melhor se ajuste ao perfil dos participantes dos planos de benefícios tem sido um assunto amplamente discutido nos últimos anos pelas empresas. Atualmente não existem tábuas brasileiras que representem a mortalidade de participantes dos fundos de pensão no Brasil.

As hipóteses biométricas e demográficas utilizadas nesta avaliação são as indicadas no estudo de aderência de hipóteses atuariais realizado em março de 2020.

Regime Financeiro e Métodos Atuariais

Benefício	Regime	Método de Financiamento
Aposentadoria Normal	Capitalização	Capitalização Financeira
Aposentadoria por Invalidez	Capitalização	Capitalização Financeira / Crédito Unitário Projetado ¹
Benefício Adicional	Capitalização	Capitalização Financeira
Benefício Proporcional	Capitalização	Capitalização Financeira
Pensão por Morte antes da Aposentadoria	Capitalização	Capitalização Financeira / Crédito Unitário Projetado ¹
Pensão por Morte após da Aposentadoria	Capitalização	Capitalização Financeira

¹Método Crédito Unitário Projetado somente para a parcela da projeção do saldo.

Comentários sobre métodos atuariais

O método atuarial adotado gera custos ligeiramente crescentes, porém esse efeito pode ser minimizado, ou mesmo anulado, caso haja um afluxo suficiente de novos empregados.

Os métodos de financiamento são adequados à natureza do plano e atendem ao limite mínimo estabelecido na Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018.

Patrimônio Social

Com base no balancete do Plano de Aposentadoria Visteonprev de 31 de dezembro de 2021, o Patrimônio Social é de R\$ 138.312.670,42.

A Visteon Brasil Previdência Privada – VBPP informou que todos os seus títulos estão enquadrados na categoria “Títulos para Negociação”.

A Willis Towers Watson não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social, bem como sobre os saldos de conta individuais do Plano de Benefícios ora avaliado tendo se baseado na informação fornecida pela Visteon Brasil Previdência Privada – VBPP.

Patrimônio de Cobertura do Plano, Provisões e Fundos

Com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos anteriormente mencionados, certificamos que a composição do Patrimônio de Cobertura do Plano, das Provisões e dos Fundos em 31 de dezembro de 2021 é a seguinte:

	(R\$)
2.03 Patrimônio Social	138,312,670.42
2.03.01 Patrimônio de Cobertura do Plano	134,384,314.22
2.03.01.01 Provisões Matemáticas	132,987,399.40
2.03.01.01.01 Benefícios Concedidos	58,632,207.34
2.03.01.01.01.01 Contribuição Definida	46,721,317.34
2.03.01.01.01.01.01 Saldo de Conta dos Assistidos	46,721,317.34
2.03.01.01.01.02 Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	11,910,890.00
2.03.01.01.01.02.01 Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	11,461,508.00
2.03.01.01.01.02.02 Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	449,382.00
2.03.01.01.02 Benefícios a Conceder	74,355,192.06
2.03.01.01.02.01 Contribuição Definida	74,282,261.06
2.03.01.01.02.01.01 Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es) / Instituidor(es)	43,509,417.77
2.03.01.01.02.01.02 Saldo de Contas - Parcela Participantes	29,166,322.26
2.03.01.01.02.01.03 Saldo de Contas - Parcela Participantes Portada EFPC	1,593,850.79
2.03.01.01.02.01.04 Saldo de Contas - Parcela Participantes Portada EAPC	12,670.24
2.03.01.01.02.02 Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	0.00
2.03.01.01.02.02.01 Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	0.00
2.03.01.01.02.02.02 (-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	0.00
2.03.01.01.02.02.03 (-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0.00
2.03.01.01.02.03 Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	72,931.00
2.03.01.01.02.03.01 Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	121,094.00
2.03.01.01.02.03.02 (-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(48,163.00)
2.03.01.01.02.03.03 (-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0.00
2.03.01.01.03 (-) Provisões Matemáticas a Constituir	0.00
2.03.01.01.03.01 (-) Serviço Passado	0.00
2.03.01.01.03.01.01 (-) Patrocinador(es)	0.00
2.03.01.01.03.01.02 (-) Participantes	0.00
2.03.01.01.03.02 (-) Déficit Equacionado	0.00

2.03.01.01.03.02.01 (-) Patrocinador(es)	0.00
2.03.01.01.03.02.02 (-) Participantes	0.00
2.03.01.01.03.02.03 (-) Assistidos	0.00
2.03.01.01.03.03 (+/-) Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0.00
2.03.01.01.03.03.01 (+/-) Patrocinador(es)	0.00
2.03.01.01.03.03.02 (-) Participantes	0.00
2.03.01.01.03.03.03 (-) Assistidos	0.00
2.03.01.02 Equilíbrio Técnico	1,396,914.82
2.03.01.02.01 Resultados Realizados	0.00
2.03.01.02.01.01 Superávit Técnico Acumulado	1,396,914.82
2.03.01.02.01.01.01 Reserva de Contingência	1,396,914.82
2.03.01.02.01.01.02 Reserva Especial para Revisão de Plano	0.00
2.03.01.02.01.02 (-) Déficit Técnico Acumulado	0.00
2.03.01.02.02 Resultados a Realizar	0.00
2.03.02 Fundos	3,928,356.20
2.03.02.01 Fundos Previdenciais	3,809,286.39
2.03.02.01.01 Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	3,809,286.39
2.03.02.01.02 Revisão de Plano	0.00
2.03.02.01.03 Outros - Previsto em Nota Técnica Atuarial	0.00
2.03.02.02 Fundos Administrativos	119,069.81
2.03.02.02.01 Plano de Gestão Administrativa	119,069.81
2.03.02.02.02 Participação no Fundo Administrativo PGA	0.00
2.03.02.03 Fundos para Garantia das Operações com Participantes	0.00

Duração do Passivo do Plano de Benefícios

A duração do passivo é de 8,4813 anos (102 meses) e foi apurada com base nos resultados desta avaliação atuarial adotando a metodologia definida pela Previc na Instrução Normativa nº 33, de 23/10/2020, após preenchimento, pela entidade, dos fluxos de pagamentos de benefícios do plano, líquidos de contribuições incidentes sobre esses benefícios, no Sistema Venturo no site da Previc.

Reserva de Contingência

De acordo com o Art. 15º da Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018, o resultado superavitário deve ser destinado à constituição de reserva de contingência, até o limite de 25% das provisões matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor:

- Limite da Reserva de Contingência = $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{Provisão Matemática}$

Com a aplicação do descrito acima, o limite da reserva de contingência é de R\$ 2.214.765,91.

Ressaltamos que Provisões Matemáticas são as provisões cujo valor ou nível seja previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, deduzidas das respectivas provisões matemáticas a constituir.

Fez-se necessária a reversão total do Fundo Revisão de Plano 2020 para o Patrimônio de Cobertura do Plano no valor de R\$ 1.474.776,27 para recompor a Reserva de Contingência conforme Art. 27 da Resolução CNPC nº 30/2018.

Ajuste de Precificação

Conforme disposto na Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018, o valor do ajuste de precificação, positivo ou negativo, será acrescido ou deduzido, respectivamente, para fins de equacionamento do deficit. E no caso de distribuição de superavit, o valor do ajuste de precificação, quando negativo, será deduzido do valor a ser distribuído.

O valor do Ajuste de Precificação corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial (3,22% a.a.), e o valor contábil desses títulos.

O Plano de Aposentadoria Visteon Prev não possui títulos classificados contabilmente como "mantidos até o vencimento" em 31/12/2021, logo não se aplica o ajuste de precificação.

Regras de constituição e reversão dos fundos previdenciais

O Fundo de Reversão de Saldo Por Exigência Regulamentar é constituído pela parte da Conta

Patrocinadora que não foi considerada no cálculo dos benefícios e institutos do plano e será utilizado conforme previsto no plano de custeio, aprovado pelo Conselho Deliberativo e conforme disposto no Regulamento vigente.

Em 31/12/2021 foi necessária a reversão total do Fundo Revisão de Plano 2020 para o Patrimônio de Cobertura do Plano para recompor a Reserva de Contingência ao patamar exigido conforme Art. 27 da Resolução CNPC nº 30/2018.

Rentabilidade do Plano

O retorno dos investimentos de 2021 informado pela Visteon Brasil Previdência Privada – VBPP equivale a 0,79% a.a.. Esse percentual líquido da inflação anual de 10,16% (variação do INPC no ano de 2021) resulta em uma rentabilidade de -8,51% a.a., que é inferior à hipótese da taxa real anual de juros de 3,81% a.a. utilizada na avaliação atuarial de 2020. Por ser a taxa real anual de juros uma premissa de longo prazo, a divergência observada não justifica qualquer inferência sobre o ocorrido, entretanto, o monitoramento dessa hipótese está sendo feito anualmente na forma estabelecida na legislação vigente.

Variação das Provisões Matemáticas

O quadro a seguir apresenta um resumo do passivo atuarial reavaliado em 31/12/2021 comparado com o passivo atuarial constante da planilha de recorrência de 31/12/2021 antes da reavaliação atuarial.

	Valores em R\$ de 31/12/2021		Variação em %
	Reavaliado	Recorrente	
Passivo Atuarial	132.987.399,40	132.367.390,62	0,47%
<i>Benefícios Concedidos</i>	58.632.207,34	57.997.426,21	1,09%
Contribuição Definida	46.721.317,34	46.721.317,34	-
Benefício Definido	11.910.890,00	11.276.108,87	5,63%
<i>Benefícios a Conceder</i>	74.355.192,06	74.369.964,41	-0,02%
Contribuição Definida	74.282.261,06	74.282.261,06	-
Benefício Definido	72.931,00	87.703,35	-16,84%

Comparando o Passivo Atuarial reavaliado no exercício encerrado no valor de R\$ 132.987.399,40 com o evoluído por recorrência de 31/12/2021, a variação encontrada é de 0,47%.

Convém ressaltar que apenas 9,01% (R\$ 11.983.821,00) do Passivo Atuarial de R\$ 132.987.399,40 é determinado atuarialmente com base nas hipóteses e métodos anteriormente indicados, pois corresponde à parcela de benefício definido das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e à parcela das Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder relativa aos benefícios de risco. Os 90,99% restantes (R\$ 121.003.578,40) são provenientes dos saldos de conta formados pelas contribuições dos participantes e das patrocinadoras acrescidas do retorno dos investimentos, cujas informações são de inteira responsabilidade da Visteon Brasil Previdência Privada – VBPP.

A Provisão Matemática de Benefícios Concedidos cresceu dentro do esperado, considerando as novas concessões que ocorreram no período e a redução da taxa de juros de 3,81% a.a. para 3,22% a.a..

A variação da massa de participantes, a alteração da hipótese de crescimento real de salários e a redução da taxa de juros de 3,81% a.a. para 3,22% a.a. justificam a variação da provisão matemática de benefícios a conceder.

Principais riscos atuariais

Os riscos atuariais são monitorados através de estudos regulares de aderência de hipóteses, conforme legislação vigente, e podem ser mitigados através da adequação das hipóteses aos resultados desses estudos. As hipóteses que causam maior impacto são: taxa real anual de juros, tábua de mortalidade geral, crescimento real de salários e rotatividade.

Soluções para Insuficiência de Cobertura

Não há insuficiência de cobertura.

Variação do resultado

O superávit técnico acumulado variou de R\$ 1.992.623,66 em 31/12/2020 para R\$ 1.396.914,82 em 31/12/2021.

Natureza do resultado

A redução do superávit decorre, principalmente, da redução da taxa de juros em 31/12/2021, bem como da rentabilidade do plano no período.

Soluções para equacionamento do deficit

Não há déficit a ser equacionado.

Plano de Custeio

Patrocinadoras

De acordo com a Lei Complementar nº 109/2001, as patrocinadoras deverão efetuar, a partir de 01/01/2022:

- contribuições mensais normais equivalentes a 0,02% da folha de salários de participantes, do plano, correspondentes ao custo normal;
- contribuições mensais para cobertura das despesas administrativas equivalentes a 1,00% da folha de salários de participantes do plano. Tal percentual foi determinado conforme orçamento elaborado pela Visteonprev para o exercício seguinte ao da avaliação;

Adicionalmente, as patrocinadoras deverão efetuar as contribuições definidas no Regulamento estimadas em 3,14% da folha de salários de participação, considerando o percentual máximo de contribuição.

As patrocinadoras poderão utilizar durante o ano de 2022, mediante reversão mensal, os recursos existentes no Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar, desde que sejam suficientes para financiar as contribuições mensais da patrocinadora (custo normal, despesas administrativas e contribuição definida) equivalentes a 3,16% da folha de salários de participantes. Esgotados os recursos existentes no Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar ou na hipótese de serem insuficientes para cobertura da contribuição do mês, a patrocinadora deverá retomar o recolhimento mensal das contribuições.

Participantes

As contribuições mensais dos participantes deverão ser praticadas conforme previsto no Regulamento do plano e foram estimadas em 5,44% da folha de salários de participação, considerando o percentual máximo de contribuição.

Autopatrocinados

Os participantes autopatrocinados deverão efetuar, além das contribuições de participantes previstas no Regulamento, as contribuições normais de patrocinadora, conforme definidas neste parecer, inclusive as destinadas ao custeio das despesas administrativas, correspondentes a 1,00% sobre o salário de participação, conforme previsto no regulamento do plano.

Benefícios Proporcionais Diferidos

Os participantes que optaram pelo instituto do benefício proporcional diferido deverão efetuar contribuições para despesas administrativas correspondentes a 1,00% sobre o último salário de participação, conforme previsto no regulamento do plano.

Tendo em vista a natureza do plano e a vinculação, nesse tipo de plano, da contribuição patronal com os fatos efetivamente ocorridos tais como salários realmente pagos, contribuição realizada pelo participante e índice de adesão ao plano, as taxas de contribuição definida apresentadas neste Parecer são estimativas, podendo, portanto, deixar de coincidir com as taxas efetivamente praticadas.

Fonte dos Recursos

A seguir temos os valores estimados das contribuições a serem realizadas para o plano de benefícios pelos participantes, assistidos e patrocinadores em reais e em percentual da folha de participação de salários:

Data início vigência do plano de custeio	01/01/2022		
	Patrocinador	Participante	Assistidos
Valor Custeio Normal	1.561.159,59	2.689.194,82	-
Taxa Custeio Normal	3,16%	5,44%	-

Conclusão

Face ao exposto, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do Plano de Aposentadoria Visteonprev da Visteon Brasil Previdência Privada – VBPP, informamos que o plano está superavitário, tendo suas obrigações integralmente cobertas pelo Patrimônio de Cobertura do Plano.

As provisões matemáticas apresentadas neste parecer são estimativas e baseadas em premissas sobre eventos futuros. Determinadas regras do plano, julgadas imateriais do ponto de vista atuarial, não são avaliadas. Outras regras são calculadas por aproximação na avaliação atuarial para apuração dos compromissos do plano. A Willis Towers Watson adota aproximações em seus cálculos que, de acordo com sua avaliação, não resultam em diferença expressiva em relação aos resultados que seriam obtidos usando cálculos mais detalhados ou dados mais precisos.

As premissas atuariais adotadas foram determinadas através de estudos técnicos de adequação elaborados conforme a legislação vigente à época dos estudos, porém tais estudos são considerados válidos para a avaliação atuarial tratada neste parecer.

Futuras avaliações atuariais podem apresentar resultados diferentes dos registrados neste parecer devido a diversos fatores, dentre eles destacamos: experiência do plano diferente da prevista nas premissas econômicas ou demográficas; alteração nas premissas econômicas ou demográficas; mudança nas regras do plano e/ou na legislação; e eventos significativos ocorridos nas patrocinadoras, tais como reestruturações, aquisições e alienações.

Os resultados apresentados neste parecer estão diretamente vinculados à precisão e integridade dos dados e informações de responsabilidade da entidade e suas patrocinadoras.

Este parecer atuarial foi elaborado para a Visteon Brasil Previdência Privada – VBPP com o propósito de apresentar os resultados da avaliação atuarial em 31/12/2021. Este documento não se destina ou deve ser utilizado para outros fins. Qualquer outro destinatário será considerado como tendo concordado que a Willis Towers Watson tem responsabilidade apenas com a Visteon Brasil Previdência Privada – VBPP em relação a todas as questões relativas a este documento, e se basear neste documento não resultará na criação de qualquer direito ou responsabilidade pela Willis Towers Watson para tal destinatário.

Rio de Janeiro, 09 de março de 2022.

Gesiane de Mattos Cavalcante Moreira
MIBA nº 889

Samantha Jimenez Redig
MIBA nº 2.120



VisteonPrev

Um investimento de futuro.

Visteon Brasil Previdência Privada - VBPP

Av; Orlanda Bergamo, 1062 - Sala 1

Cumbica - Guarulhos - SP

(11) 2678-9121 / (11) 2678-1207

visteonprev.participante.com.br